

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: ARTICULAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO, NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE E PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Claudia Maffini Griboski^I, Daniela Mendes^{II}, Lorena Lins Damasceno^{III}

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as articulações possíveis entre as instâncias institucionais da Comissão Própria de Avaliação (CPA), do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e da Coordenação de Curso no desenvolvimento de ações de avaliação e regulação, bem como sua relação com a melhoria da qualidade dos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Nesse sentido, analisa as práticas de avaliação e de gestão dessas instâncias decisórias no âmbito da Universidade de Brasília, permitindo uma visão ampliada da sua realidade e dos cursos de licenciatura que dela fazem parte. Os instrumentos de análise são o Plano de Desenvolvimento Institucional, os relatórios da Comissão Própria de Avaliação e os Projetos Pedagógicos dos Cursos de licenciatura. Além da análise documental, coletaram-se informações por meio de entrevistas realizadas com coordenadores de cursos, membros da CPA e integrantes do NDE, buscando aproximações e direcionamentos para a qualidade dos cursos. Em alinhamento com as políticas estabelecidas para a educação superior, sinaliza-se a necessidade de as políticas institucionais da universidade serem definidas e/ou revistas coletivamente pela CPA, NDE e Coordenações de Curso, a partir do perfil dos estudantes e do projeto pedagógico, visando melhor atender às demandas e expectativas da formação superior.

^I Graduada em Pedagogia, Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (FS/UnB) e Diretora Executiva do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe). Vice-líder do Grupo de Estudos de Políticas de Avaliação de Educação Superior (GEPAES/UnB). Brasília, DF - Brasil. E-mail: cgriboski4@gmail.com.

^{II} Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Mestre em Patologia Molecular e Doutoranda em Políticas Públicas e Gestão da Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Atuou como coordenadora de extensão e de curso e membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário do Planalto Central Professor Aparecido dos Santos. Membro da Comissão de Educação de Medicina Veterinária (CRMV - DF) e do Grupo de Estudos de Políticas de Avaliação da Educação Superior (GEPAES/UnB). Brasília, DF - Brasil. E-mail: dany0317@yahoo.com.br.

^{III} Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação e Doutoranda pela Universidade de Brasília (UnB). Servidora da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ocupando, atualmente, o cargo de Coordenadora-Geral de Formação Docente e Valorização das Licenciaturas e integrante do Grupo de Estudos de Políticas de Avaliação da Educação Superior (GEPAES/UnB). Brasília, DF - Brasil. E-mail: emaildalo@gmail.com.

Palavras-chave: Comissão Própria de Avaliação, educação superior, Núcleo Docente Estruturante.

**INSTITUTIONAL EVALUATION: POSSIBLE ARTICULATIONS BETWEEN
THE OWN EVALUATION COMMITTEE, STRUCTURING TEACHING CENTER
AND PEDAGOGICAL COURSE PROJECT**

This article aims to reflect on the possible articulations between the institutional bodies of the Assessment Committee (CPA), the Structuring Teaching Nucleus (NDE) and the Course Coordination in the development of assessment and regulation actions, as well as their relationship with the improving the quality of Course Pedagogical Projects. In this sense, it analyzes the evaluation and management practices of these decision-making bodies within the scope of the University of Brasília, allowing an expanded view of its reality and the degree courses that are part of it. The analysis instruments are the Institutional Development Plan, the reports of the Assessment Committee and the Pedagogical Projects of the undergraduate courses. In addition to document analysis, information was collected through interviews carried out with course coordinators, members of the CPA and members of the NDE, seeking approaches and directions for the quality of the courses. In alignment with the policies established for higher education, the results reveal the need for the university's institutional policies to be defined and/or reviewed collectively by the CPA, NDE and Course Coordinations, based on the profile of the students and the project pedagogical, aiming to better meet the demands and expectations of higher education.

Keywords: own evaluation committee, higher education, structuring teaching core.

**EVALUACIÓN INSTITUCIONAL: POSIBLES ARTICULACIONES ENTRE
COMISIÓN DE EVALUACIÓN PROPIA, CENTRO ESTRUCTURADOR DE
DOCENCIA Y PROYECTO DE CURSO PEDAGÓGICO**

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las posibles articulaciones entre los órganos institucionales del Comité de Evaluación (CPA), el Núcleo Estructurante Docente (NDE) y la Coordinación de Curso en el desarrollo de acciones de evaluación y regulación, así como su relación con el mejoramiento de la Calidad de los Proyectos Pedagógicos del Curso. En este sentido, analiza las prácticas de evaluación y gestión de estos órganos de decisión en el ámbito de la Universidad de Brasilia, permitiendo una visión ampliada de su realidad y de las carreras que la integran. Los instrumentos de análisis son el Plan de Desarrollo Institucional, los informes del Comité de Evaluación y los Proyectos Pedagógicos de las carreras de pregrado. Además del análisis documental, se recopiló información a través de entrevistas realizadas a coordinadores de cursos, miembros de la CPA y miembros del NDE, buscando

enfoques y orientaciones para la calidad de los cursos. En alineación con las políticas establecidas para la educación superior, los resultados revelan la necesidad de que las políticas institucionales de la universidad sean definidas y/o revisadas colectivamente por la CPA, NDE y Coordinaciones de Curso, en función del perfil de los estudiantes y del proyecto pedagógico, con el objetivo de para satisfacer mejor las demandas y expectativas de la educación superior.

Palabras clave: comité evaluador propio, educación superior, estructuración del núcleo docente.

INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte da pesquisa “Nova Gestão Pública e a reconfiguração da avaliação e regulação da educação superior”, que tem por objetivo compreender e analisar a reconfiguração da avaliação e da regulação da educação superior na emergência da Nova Gestão Pública, frente ao novo perfil dos estudantes e ao seu desempenho nas avaliações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

O recorte da pesquisa enfoca as ações de avaliação e regulação da Universidade de Brasília (UnB) associadas às práticas institucionais e ao perfil dos estudantes, ganhando relevância a análise dos resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), implantado por meio da Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, haja vista sua finalidade de realizar a avaliação em prol da promoção da qualidade, alimentando também o sistema de regulação.

Nesse contexto, para além do controle, a avaliação deveria promover processos em que a IES criaria consensos sobre sua qualidade e missão, bem como acerca de princípios e metas. Assim, os resultados do Sinaes (em seu tripé avaliativo - avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes) deveriam fornecer no seu conjunto a base material das políticas de promoção e controle da qualidade da educação superior no país, sendo usados como ferramenta de gestão pelas instituições.

No entanto, o Enade, em função dos indicadores de qualidade dele decorrentes, criados em 2007 e 2008, passou a ter maior protagonismo no âmbito das políticas de avaliação e regulação, subsidiando e atendendo ao modelo gerencial estatal. Fernandes *et al.* (2017) demonstraram a necessidade de a educação superior brasileira contar com mais indicadores de qualidade para guiar os tomadores de decisão quanto

à necessidade de correções ou, mesmo, de suspensão de determinada política ou programa. Nesse sentido, reforçaram a urgência de criação de um sistema de indicadores da educação superior para subsidiar o aperfeiçoamento do Sinaes, de modo a ampliar o leque de indicadores de qualidade, legitimando, até mesmo, os que já existem e associando, de forma sistemática, seus resultados às avaliações presenciais. Superar o uso isolado do desempenho nas avaliações, como no caso dos indicadores preliminares, tem se mostrado como o grande, senão o maior desafio do Sinaes.

Como parte integrante do Sinaes, o Enade tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes, em relação aos conteúdos previstos nas diretrizes curriculares dos respectivos cursos de graduação, às suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e às suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados às realidades brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. As respostas dos estudantes ao questionário do Enade fornecem um conjunto significativo de informações que tem o potencial de contribuir para a melhoria da educação superior, tanto em relação à formulação de políticas públicas quanto à atuação dos gestores (Inep, 2011).

A partir das informações dos questionários do Enade aplicados aos concluintes dos cursos de Licenciatura da UnB nos anos de 2011, 2014 e 2017, o estudo realizado indica que as políticas democratizantes e inclusivas na UnB têm acarretado mudança no perfil dos estudantes ao longo do tempo. Todavia, a nova configuração do corpo discente precisa ser acompanhada para que os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) estejam alinhados às expectativas de formação dos estudantes e em conformidade com o perfil dos ingressantes dos cursos. Nesse sentido, a CPA, os NDEs e as Coordenações dos cursos são instâncias estratégicas que, articuladas entre si, são capazes de promover melhorias e transformações nos PPC a partir dos dados gerados pelo Sinaes, garantindo aos estudantes a permanência e o bom desempenho nos cursos.

Estudos acadêmicos que analisam o perfil dos estudantes da educação superior têm demonstrado o quanto as políticas nacionais e as ações institucionais podem contribuir para o acesso dos estudantes à educação superior. A partir dos anos 2000, evidencia-se o fortalecimento de políticas de inclusão na educação superior, que, por

sua vez, junto com outras ações democratizantes, tem fomentado a mudança do perfil dos estudantes desse nível de ensino.

A educação superior brasileira vem passando por profundas transformações na última década, decorrentes, principalmente, das políticas de expansão de vagas e criação de novas instituições públicas, políticas de inserção de estudantes pertencentes a grupos sociais tradicionalmente desfavorecidos ou excluídos historicamente, de financiamento dos estudos em instituições privadas no país e em universidades estrangeiras, por intermédio do programa Ciência sem Fronteiras. Naturalmente, esse quadro vem trazendo para o cenário acadêmico um novo perfil de aluno (Rabelo; Bisinoto; Marinho-Araújo; Griboski; Meneghel, 2015, p. 72).

Outro estudo realizado em âmbito nacional por Griboski, Morosini e Somers (2013) apresentou dados de estudantes de Pedagogia participantes do Enade no ano de 2011 e trouxe como característica inédita a ênfase na primeira geração das famílias brasileiras que acessaram a educação superior. Além disso, constatou-se que a maioria dos graduados se caracterizava por faixas etárias mais velhas do que o esperado para conclusão do ensino médio (18 a 24 anos).

Corroborando as pesquisas que detectaram a mudança do perfil de estudantes da educação superior, o Relatório Final da V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES, realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), revelou que algumas políticas, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (Reuni), o Sistema de Seleção Unificado (SISU), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a Lei n.º 12.711/2012 (Lei de Cotas), tiveram um impacto decisivo na mudança do perfil dos estudantes das IFES, “de sorte que estas passaram a espelhar a heterogeneidade presente na sociedade brasileira, atestando o êxito das políticas afirmativas adotadas” (Andifes, 2019, apresentação).

Tal impacto pode ser observado no aumento da presença de estudantes do sexo feminino, de autodeclarados pretos e pardos, de indígenas, cuja renda familiar mensal *per capita* encontra-se dentro da faixa de elegibilidade do PNAES, sendo que a maioria destes cursou o ensino médio em escolas públicas, o que atesta a importância da continuidade da alocação de recursos orçamentários para a

manutenção dos programas e ações de assistência estudantil, com vistas à permanência destes públicos nas universidades (Andifes, 2019, apresentação).

Além das políticas afirmativas e de democratização da educação superior que marcaram os anos 2000, foi relevante a criação Sinaes, que organizou a avaliação da educação superior levando em conta a dimensão formativa e de regulação (Brasil, 2003).

Nessa direção, foram consultados documentos e propostas institucionais previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Projeto Pedagógico do Curso, Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA, assim como normas e regulamentos internos da IES. Além dos referidos documentos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com membros da CPA e dos NDEs, e com Coordenadores de Curso das seguintes licenciaturas da UnB: Ciências Biológicas, Educação Física, Letras, Matemática e Pedagogia.

Diante do exposto, demonstra-se neste estudo que, por meio desses instrumentos de avaliação, é possível que a IES conheça a sua realidade e suas potencialidades para criar políticas e ações que promovam melhorias na sua qualidade. Assim, torna-se muito importante identificar como as práticas acadêmicas e de gestão com relação à avaliação, em específico aquelas que se relacionam com os resultados do Enade, poderiam atuar como efetivo instrumento de melhoria da qualidade e de dinâmicas institucionais articuladas entre as ações da Comissão Própria de Avaliação (CPA), dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e coordenação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC).

1. PRÁTICAS DE GESTÃO, ACADÊMICAS E DE AVALIAÇÃO NA UNB

Considerando os princípios e diretrizes do Sinaes, assim como a dinâmica das práticas acadêmicas e de gestão da UnB empregadas a partir da análise dos resultados do Enade dos cursos de licenciatura em 2011, 2014 e 2017, trata-se neste tópico de possíveis articulações entre a CPA, os NDEs e os PPCs, por meio das quais seja evidenciada a adequação dos cursos ao novo perfil de estudantes da educação superior.

As análises realizadas evidenciam que a sensibilização, a motivação e o compromisso dos estudantes são fatores considerados importantes por gestores de IES para obter um bom desempenho no Enade. Portanto, ações que envolvam docentes e discentes no sentido de esclarecer a importância da prova para a avaliação do estudante e do curso possuem caráter formativo e promotor da qualidade do ensino. Sobre o Enade, a consideração parece ser bastante pontual, sendo percebida muito mais como um processo regulatório, do que parte elementar de um processo formativo mais amplo, como indica uma das entrevistadas.

Só se fala em Enade realmente nos anos em que ele aparece. Ele tende a ser entendido como uma medida obrigatória, porque se o aluno não fizer, ele não recebe o diploma e isso, sim, vai trazendo, inclusive, uma explicação para algumas reações negativas a seu respeito (NDEB-UnB, informação verbal, 2022).

No âmbito das práticas de gestão institucional, a mudança do perfil dos estudantes representa o efeito das políticas democratizantes e inclusivas para o acesso à educação superior, implementadas na UnB por meio da reserva de metade das vagas a estudantes que cursaram o ensino médio integralmente em escola pública, assim subdivididas: metade para estudantes com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e metade para discentes com renda familiar bruta *per capita* superior a 1,5 salário mínimo; bem como sistema de cotas para pretos, pardos ou indígenas (PPI) para os estudantes oriundos de escolas públicas que se declaram. No que se relaciona à política de cotas e à situação de vulnerabilidade dos estudantes do curso de Licenciatura em Biologia, o coordenador acrescenta que “sempre teve alunos com vulnerabilidade socioeconômica e isso vem aumentando muito por causa das cotas e ampliação do número de vagas” (CB-UnB, informação verbal, 2022).

1.1 Ações acadêmicas da UnB relacionadas com ensino, pesquisa e extensão

Por meio dos Relatórios de Autoavaliação Institucional e da análise dos documentos institucionais, buscaram-se identificar, no estudo, as ações de pesquisa e de extensão que se destacaram na promoção de ações acadêmicas integradas aos

Projetos Pedagógicos dos Cursos. Neste sentido, tem-se o registro da participação dos cursos no Programa Especial de Extensão "UnB 60 anos", para o qual foram realizadas três pesquisas de grande relevância: 1. Pesquisas da UnB relacionadas a Brasília e ao Distrito Federal; 2. Pesquisas Internacionais de impacto com participação da UnB; e 3. Pesquisas da UnB no enfrentamento à pandemia de Covid-19. Essas pesquisas foram divulgadas em *workshops* e/ou *webinars*, portfólios temáticos com objetivo de evidenciar os impactos regional, nacional e internacional das pesquisas desenvolvidas pela UnB.

A finalidade das atividades de pesquisa e de extensão na celebração do aniversário de 60 e 61 anos foi registrar parte da produção de conhecimento científico ligado à região, além de incentivar a sinergia entre pesquisadores e extensionistas da UnB das diversas áreas do conhecimento, que pesquisam temas e desenvolvem ações sobre Brasília e o Distrito Federal. O portfólio da UnB apresenta quase 200 projetos de pesquisa, extensão e/ou ensino, distribuídos entre as grandes áreas do conhecimento (Ciências Exatas e Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Vida) e em Unidades Acadêmicas da UnB.

As melhorias institucionais implementadas podem ser acompanhadas pelos Editais fomento publicados pela UnB com a finalidade de pagamento de auxílio financeiro a pesquisadores para a execução de projetos de pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação. Com relação à extensão, a ação é viabilizada em processo contínuo de oferta de bolsas por meio de editais, por incentivo à participação na Semana Universitária e de sua inserção curricular.

A promoção da participação dos estudantes em projetos de ensino, pesquisa e extensão, com apropriação de créditos, visando à formação integral para além dos editais de bolsas e incentivo à participação na Semana Universitária, é realizada por meio da apropriação de créditos. A comissão mista de inserção curricular da extensão lançou, em 2022, o Guia de Inserção Curricular da Extensão na UnB, com foco nas orientações gerais em termos de concepção da extensão e de procedimentos para as alterações dos PPCs.

A extensão recebe fomento do Decanato de Extensão (DEX) por meio de editais e da proposição de estratégias sustentáveis para a Universidade, estimulando a

participação da comunidade em ações a serem desenvolvidas em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, mantém o Programa Especial UnB 2030 que, entre outras temáticas da Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tem foco voltado à dimensão da sustentabilidade. Um dos resultados dessa ação é a publicação do *Guia Agenda 2030 – integrando ODS, educação e sociedade*, elaborado em parceria com a Universidade Estadual Paulista (Unesp) em um projeto que constitui a perspectiva de uma Rede de Universidades 2030.

Essas e outras ações contribuem para tornar o ambiente acadêmico promissor em torno de um projeto de sociedade inclusivo e com perspectivas de desenvolvimento pessoal e profissional aos estudantes.

1.2 A CPA e os cursos de graduação

A CPA da UnB foi instituída pela Resolução do CONSUNI n.º 31/2013, com a atribuição de coordenar os processos internos de avaliação da instituição. A comissão é composta por dezessete membros, sendo presidida por um deles. Além do presidente, a composição da CPA conta com quatro representantes docentes; quatro representantes técnico-administrativos; quatro representantes discentes, sendo dois da graduação e dois da pós-graduação; dois representantes da administração da universidade; e dois representantes da sociedade civil.

A CPA é responsável pela elaboração do Projeto de autoavaliação institucional a partir do planejamento estratégico da instituição, tendo em vista o acompanhamento e monitoramento da missão, das metas, dos indicadores, das ações propostas e dos resultados esperados. Dessa forma, a Comissão cumpre a função essencial da autoavaliação, isto é, fundamentar e retroalimentar a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Vale mencionar que a estruturação da Comissão Própria de Avaliação e a aplicação da autoavaliação institucional estão entre as estratégias e metas do PDI e oportunizam a instauração de melhorias para as instituições.

A aproximação da CPA junto aos cursos de graduação ocorre na forma de orientação acerca dos marcos legais da educação superior e da importância de

estruturar os PPCs de acordo com as demandas locais e as necessidades de formação dos estudantes. Neste sentido, as entrevistas semiestruturadas realizadas com os integrantes da CPA nesta pesquisa tiveram a finalidade de conhecer as impressões e a atuação da Comissão na promoção da qualidade dos cursos.

O instrumento foi composto por dois blocos de perguntas, sendo o primeiro com questões principais sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e, o segundo, com questões secundárias, além de questões informativas que buscavam conhecer o perfil dos entrevistados.

Para este estudo, foram entrevistados dois integrantes da CPA, após tentativas frustradas com os demais membros consultados. Segundo um dos entrevistados, a CPA tem duas missões fundamentais: os indicadores que compõem o Sinaes, que direta ou indiretamente interessam por medirem a qualidade da instituição, e a produção do relatório anual. “É difícil dizer qual é a principal, mas uma delas é catalisar e disseminar os processos de autoavaliação na Universidade, induzindo a reflexão por parte das unidades acadêmicas sobre os seus indicadores na perspectiva do Sinaes” e “Tem um outro trabalho que é igualmente importante que é um pouco mais sazonal que é essa produção do relatório anual” (CPA-UnB 1). Sobre o diálogo junto às unidades acadêmicas, o entrevistado complementa que

[...] é um diálogo muito baseado nos indicadores, nas estatísticas descritivas e que servem para posicionar os cursos de graduação daquela unidade no espaço dos outros cursos de graduação no país e para suas respectivas famílias. E nessas idas a gente busca dar sentido e refletir junto à comunidade local o que aqueles números significam e o que a comunidade pode fazer e o que está ao alcance de cada unidade fazer tendo em vista a melhoria desses indicadores, para que eles reflitam a qualidade que a gente acredita que os nossos cursos têm (CPA-UnB 1, informação verbal, 2022).

Durante muito tempo, a CPA atuou em conjunto com os principais gestores da instituição, visando apoiar e avaliar aspectos mais gerais da universidade. A indicação para que a CPA voltasse o olhar para os cursos e, mais especificamente, para a qualidade da formação dos estudantes partiu da orientação dos instrumentos de avaliação do Sinaes que, em 2014, passou a avaliar as ações dos cursos decorrentes do

processo de autoavaliação. Desde então, a aproximação com os cursos passou a ser uma meta nos planos de autoavaliação.

Na perspectiva de um dos entrevistados, a CPA é um espaço de reflexão independente que induz ações junto às unidades acadêmicas por meio do diálogo. No entanto, destaca que a tomada de decisões e a realização das ações ocorre na ponta, ou seja, nas próprias unidades acadêmicas.

A CPA, no exemplo que a gente tem [...] é um órgão, um espaço de reflexão, um espaço independente. Independente no sentido de que ela entra no aparelho da gestão da universidade. Então ela tem uma relativa independência com relação à gestão. [...] **A CPA vai às unidades acadêmicas e induz ações por meio do diálogo.**

[...] eu acho que o que a CPA faz é essa indução, mas **quem lida com essas demandas dos estudantes, de fato, são as unidades**, são outros colegas ou nós mesmos, em outras funções, que estão na ponta com os discentes de graduação ou de pós-graduação. O que a gente faz então é dar ciência dessas demandas, dar ciência, por exemplo, de forma organizada, do que os estudantes responderam no questionário dos estudantes, sobre as percepções que eles têm sobre os cursos. Então a gente tem essa reunião para dar ciência à coordenação de curso, do que os estudantes têm, o que eles estão dizendo. E a gente começa a refletir juntos, **mas a ação de fato, e a decisão cabe à unidade acadêmica** (CPA-UnB 1, informação verbal, 2022 - grifo nosso).

Uma lacuna apontada pelo segundo membro da CPA entrevistado diz respeito à participação dos estudantes dos cursos na CPA.

Eu acho que é assim... a gente não tem, na verdade, a voz dos estudantes na CPA. A gente tem uma leitura da voz dos estudantes, mas a gente não tem, a gente ainda não conseguiu. [...] o questionário auto avaliativo era uma possibilidade de a gente pelo menos ter essa representatividade assim, mais adequada, mas... enfim... é um dos desafios que eu vejo da atuação da CPA (CPA-UnB 2, informação verbal, 2022).

Essa fala do integrante da CPA denota a relevância da representação estudantil nas reuniões da comissão. A ausência dessa participação, por vezes, acarreta a rejeição ao sistema avaliativo por esse público que, ao contrário, deveria se apropriar dos conhecimentos sobre o funcionamento do sistema para, por meio de uma percepção crítica, buscar formas de responder a determinados desafios.

Tendo em vista o seu papel estratégico e indutor, Batista (2020) destaca que a mediação realizada pela CPA com o meio institucional pode promover transformações importantes nos cursos. Todavia, a aproximação da CPA com os cursos de graduação depende de articulações com os NDEs, que, conforme observado nas próprias falas dos entrevistados, têm maior poder de decisão e de realização de ações que respondam diretamente aos desafios relacionados aos PPCs dos cursos e às expectativas de formação dos diferentes perfis de estudantes.

1.3 O NDE e a qualidade dos cursos de graduação

A autoavaliação institucional é um processo de autoconhecimento que requer permanente reflexão sobre o projeto pedagógico da IES, assim como suas atualizações e aproximações com as expectativas da comunidade acadêmica.

O Parecer nº 4, de 17 de junho de 2010, justifica a implantação do Núcleo Docente Estruturante para cooperar com o trabalho dos coordenadores do curso e corrobora a relevância de esse profissional ter dedicação ao curso. O documento indica que o NDE de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico.

Ainda que muitas vezes o coordenador seja um professor que ajuda a dar identidade ao curso, outras tantas vezes, o coordenador é um professor que exerce a importante função de impedir a interrupção dos fluxos, mesmo que não seja um dos líderes acadêmicos.

As atribuições do NDE, entre outras, são: i) contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; ii) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; iii) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho, em consonância com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; iv) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso. Nesse aspecto, é importante destacar que analisar a carga horária do coordenador de modo

isolado não expressa a sua capacidade de coordenar o projeto do curso, em todas as suas dimensões: i) atividades relacionadas à gestão do curso; ii) tempo destinado à docência e iii) pesquisa e outras atividades inerentes à vida acadêmica. Por isso, a responsabilidade de mobilizar recursos, tecnologias educacionais e inovação não pode se limitar apenas ao coordenador, mas a uma equipe, como propõe o NDE.

No que diz respeito à atuação do NDE frente à mudança no perfil dos estudantes e dos cursos, assim como ao seu desempenho nas edições de 2011, 2014 e 2017 do Enade, as entrevistas demonstraram que, no âmbito dos cursos de Licenciatura da UnB, os NDEs se comportam de formas variadas. A entrevista com o membro do NDE do curso de Letras confirmou que não há ações direcionadas ao saneamento de fragilidades que tenham sido apresentadas no último Enade. A esse respeito, o entrevistado alegou que o referido colegiado tem atuado mais fortemente na organização curricular e na adequação do projeto pedagógico do curso e que não há, portanto, nenhuma ação específica direcionada ao desempenho dos estudantes no Enade (NDEL - UnB, informação verbal, 2022).

O representante do NDE do curso de Licenciatura em Biologia, por sua vez, indicou que o Núcleo é atuante quanto à propositura de ideias para gestão do curso, além de promover ações voltadas à integração dos alunos em atividades de ensino e pesquisa, manifestando a preocupação em conhecer o perfil de estudantes dos cursos para melhor atender às suas necessidades. Sobre esse aspecto, afirmou que o NDE “[...] atua buscando propiciar o acesso ao aluno a tudo que a universidade oferece e mapeando o perfil socioeconômico para dar oportunidades aos alunos” (NDEB - UnB, informação verbal, 2022). No que concerne às iniciativas do NDE para o alcance de melhor desempenho dos estudantes nas avaliações externas, o entrevistado destacou que o NDE se mobiliza no sentido de estimular o engajamento dos estudantes nas atividades do curso.

Estimulamos os alunos a fazerem estágios, trabalhamos as disciplinas da melhor forma possível, temos uma grande preocupação com o fomento à pesquisa e, para garantir que os laboratórios funcionem bem, buscamos incentivos nas agências de fomento. Tudo isso tem um grande impacto na formação do aluno (NDEB - UnB, informação verbal, 2022).

No que se refere ao engajamento do NDE na formulação de propostas e práticas de gestão e acadêmicas na busca por melhor desempenho dos estudantes nas avaliações externas, o coordenador do curso de Licenciatura em Biologia afirmou que “Os NDEs são muito ativos e quem coordena são os próprios coordenadores. Sempre que fazemos alguma alteração em disciplinas, o NDE é consultado. O colegiado tem sempre um olhar sobre o NDE” (CB - UnB, informação verbal, 2022). A fala do coordenador demonstra a preocupação em instituir mudanças que promovam êxito nas avaliações externas com envolvimento do NDE do curso.

Para ilustrar as diversas formas de articulação dos NDEs da UnB com os resultados do Enade, um terceiro entrevistado, pertencente ao curso de Licenciatura em Matemática, explicitou que, embora não constem referências às avaliações externas nos documentos que orientam o curso, há uma preocupação recente do NDE em melhorar o desempenho no Enade e em outros indicadores.

Nos projetos de curso não foram feitas essas referências, mas o departamento em si tomou uma certa consciência a partir do final de 2019 até 2020, de tentar executar algumas ações, melhorar esses indicadores [...], a gente aprovou um plano de ação para esses indicadores, e nesse plano tem uma proposta de discutir, não só o plano de curso, projetos de cursos, mas também o próprio NDE, tentar discutir isso, quais professores, porque é uma coisa técnica, a gente percebeu que o Enade é uma coisa técnica, e aí às vezes alguns professores que participam de estágios, e outras disciplinas teriam um peso maior no NDE, com uma atuação mais efetiva, de acordo com o perfil. Então a gente tomou consciência disso, e a gente vai tentar discutir isso agora em 2022 e 2023: reformulações do curso e do NDE também, visando essa questão do ENADE e outros indicadores (NDEM - UnB, 2022, informação verbal).

Segundo Dias Sobrinho (2005), todo o trabalho em seu interior tem dimensão formativa e pedagógica, por essa razão, [...] demanda urgente revisão dos seus currículos, perfis profissionais, métodos, técnicas, procedimentos e conteúdo para torná-los mais adequados ao momento histórico em que vivemos, caracterizado pela “multiplicidade de demandas e pautas da sociedade contemporânea” e pela obsolescência e diversificação dos conhecimentos numa velocidade jamais imaginada antes. Todos os membros da “comunidade universitária” “devem ser concernidos pela

dimensão pedagógica das atividades e das relações que se desenvolvem numa instituição educativa” (p. 33).

O NDE tem papel preponderante nesse contexto. Na prática, a avaliação opera um conjunto de informações relevantes das quais se espera um posicionamento no nível das relações sociais e pedagógicas. Como um processo contínuo, global e formativo, é possível desenvolver, por meio da avaliação, melhorias em todos os aspectos da IES: no seu fazer científico, pedagógico, político e administrativo. Nesse sentido, a dedicação do coordenador ao curso contribui para que as mudanças ocorram a partir do integrado dos elementos que compõem o processo de avaliação. (Griboski, 2014).

Mesmo que, a depender do curso, do perfil dos estudantes ou do contexto formativo, se alterem as práticas e os modos de fazer, a orientação do Sinaes é única no que se refere ao objetivo de, por meio da avaliação, melhorar a qualidade do curso. Nesse sentido, a experiência na gestão do curso por meio do NDE pode colaborar com uma gestão continuada, inovadora, produtiva e de relações promissoras em prol da qualidade.

1.4 Projetos Pedagógicos de Cursos da Universidade de Brasília e sua articulação com os resultados do Enade

Na Universidade de Brasília, o Decanato de Ensino de Graduação (DEG) é a unidade responsável por auxiliar os Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos de graduação no processo de elaboração dos PPC e na criação de cursos ou na reformulação/revisão curricular de cursos já implantados, observando-se: os normativos e orientações do Ministério da Educação (MEC); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/1996; os pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE); e os instrumentos de avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Nesse processo também são observados os normativos institucionais da UnB: o Estatuto e o Regimento Geral; as resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), do Conselho Universitário (CONSUNI) e da Câmara de Ensino de Graduação (CEG).

Nas orientações institucionais, considera-se como reformulação do PPC toda alteração na estrutura curricular do curso que impacte no perfil do egresso, quais sejam: alterações na carga horária, criação e extinção de disciplinas obrigatórias e exigência de realização de atividades complementares para a formação. Intervenções pontuais no PPC são, portanto, admitidas na forma de ajustes para fins de atualização do conjunto de informações do projeto pedagógico, a qual prescinde de apreciação pelas instâncias colegiadas deliberativas da UnB.

Consoante o Relatório de Autoavaliação Institucional (RAI) de 2021, os cursos que se submeteram a processos de reformulação e análise pelo DEG naquele ano foram: Música, Letras – Língua Portuguesa e Respectiva Literatura, Letras – Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana, Letras – Língua e Literatura Japonesa, Matemática, Medicina, Filosofia, Química, Engenharia Mecatrônica – Controle e Automação, Letras Tradução – Francês, Letras Tradução – Inglês, Farmácia e Museologia.

Registra-se que, devido à pandemia de Covid-19, as unidades acadêmicas foram orientadas, por diferentes resoluções, a realizarem adaptações curriculares como forma de atendimento às demandas do ensino remoto emergencial.

Em se tratando de atualização curricular dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) dos cursos de Graduação da UnB, houve avanços importantes na construção e fortalecimento de entendimentos firmados pela Câmara de Ensino de Graduação – CEG. Esses avanços resultaram na atualização do normativo de fluxo de criação e atualização de PPC na UnB, discutido ao longo de 2021 e cujo documento institucional foi publicado como Resolução da Câmara em 2022 (RAI/UnB, 2021).

Entre as iniciativas da UnB relacionadas ao combate à pandemia de Covid-19, destaca-se a criação do Comitê de Pesquisa, Inovação e Extensão de combate à Covid19 (Copei). O Copei foi criado pelo Ato da Reitoria n.º 0470/2020, com o objetivo de dar uma resposta institucional à emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Atuou em quatro importantes frentes de trabalho: (i) planejar, sistematizar e viabilizar a execução de ações institucionais de pesquisa e inovação, visando ao enfrentamento, no Distrito Federal e no Brasil, da

emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19); (ii) atuar com a Administração Superior no sentido de viabilizar, no menor tempo possível, a execução das propostas aprovadas pelo Copei, inclusive por meio de destinação de orçamento próprio; (iii) atuar por meio de indução de projetos com análise de propostas provenientes das unidades acadêmicas e administrativas da Universidade de Brasília e (iv) buscar parcerias entre a UnB e instituições públicas e privadas, e demais interessados, para auxiliar a viabilização das propostas aprovadas.

Com esta configuração, os Projetos Pedagógicos dos Cursos podem ser alterados sempre que houver necessidade de ajustes derivados de marcos legais, diretrizes e orientações pedagógicas e expectativas de formação dos estudantes em consonância com os atuais perfis dos discentes e da comunidade acadêmica. Todavia, esta pesquisa revelou que a utilização dos resultados do Enade pela gestão dos cursos na reformulação dos PPCs ainda é incipiente.

Ao ser questionada sobre o que o Enade representa para a sua IES, a Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras respondeu que o Exame “é uma instância de regulação para nós, para apontar os pontos fortes e os pontos fracos do curso e talvez orientar as ações, em termos de melhorar e adaptar os PPCs e os currículos base dos cursos” (CL - UnB, informação verbal, 2022). Nesta manifestação, apesar de tratar o Enade como uma instância de regulação, o entrevistado assume a utilização dos resultados como instrumentos capazes de nortear ações que promovam melhorias para o curso.

Para a Coordenação do curso de Pedagogia, o Enade permite verificar os resultados de um PPC e de um currículo anterior, entretanto afirma que a leitura dos resultados do Exame para a elaboração ou alteração do PPC ainda é tratada como uma meta.

Então, desde 2014 a gente faz um trabalho no sentido de esclarecer os estudantes da importância do Enade, não apenas fazer por algo imposto, obrigatório, mas a importância que tem no sentido para o curso se olhar [...]. Agora, o que eu acho que a gente precisa mesmo, e aí eu coloco como uma meta, é trazer essa leitura para dentro do pensar o PPC do curso (CP - UnB, informação verbal, 2022).

De acordo com a Coordenação do curso de Licenciatura em Educação Física da UnB, os currículos sofreram alterações recentes, sem haver qualquer relação com o Enade.

Nós estávamos com um currículo muito disciplinar e esse novo currículo, na minha opinião, tem um potencial pelo menos de se transformar num currículo mais interdisciplinar, entendeu? O currículo não tem nenhuma interferência do Enade. O Enade não impactou essa mudança curricular do curso (CEF - UnB, informação verbal, 2022).

A partir das entrevistas com coordenadores de curso, identificou-se nesta pesquisa o fato de que o Exame é percebido como uma atividade burocrática dos cursos, e não como um processo formativo reflexivo e orientador da condução acadêmica e pedagógica da licenciatura. Apesar disso, os entrevistados admitem que a leitura dos resultados do Enade precisa ser incorporada nos processos de elaboração/reconfiguração dos PPC dos cursos de licenciatura da UnB.

No que diz respeito aos resultados obtidos a partir das avaliações externas, a representação do NDE entrevistada acrescenta que “esse currículo que temos hoje no curso de Pedagogia, a condição e a qualidade da formação no próprio curso na UnB nos possibilitam, também, ter um bom desempenho dentro do Enade” (NDEP-UnB, informação verbal, 2022). De forma complementar, a coordenadora do curso de Pedagogia da UnB, ofertado no noturno, comenta que

o questionário contextual do Enade nos dá essa possibilidade, do que trabalhar a partir desse questionário [do estudante]. Então, a gente passou a perceber que esse aluno, efetivamente, é um aluno trabalhador. E que ele tem algumas demandas que são bastante específicas, distintas do curso diurno para o curso noturno. E isso impacta diretamente no processo de avaliação da implementação do nosso currículo. (CP - UnB, informação verbal, 2022).

Apresenta-se, dessa forma, a preocupação em relacionar os dados do Enade com o projeto pedagógico de curso, a fim de que este contemple as práticas sistemáticas e contínuas de avaliação da formação acadêmico-profissional. A argumentação é feita ressaltando que, para além de estarem alinhadas às Diretrizes

Nacionais Curriculares (DCNs), tais práticas também se direcionam ao novo perfil dos estudantes. Com base nas entrevistas realizadas, constata-se que houve uma mudança no perfil dos estudantes dos cursos de licenciatura da UnB, conforme segue:

[...] o perfil dos estudantes mudou bastante, ao longo dos anos. A gente tem na Pedagogia, e no diurno muito mais, quer dizer, uma participação feminina muito maior. Mas isso não é novidade. Hoje predomina um perfil do estudante, de um nível socioeconômico de famílias de renda mais baixa, negros e que estudaram em escolas públicas na educação básica. Nós avançamos na democratização do acesso [...] tivemos um crescimento na entrada, de um perfil que se diversifica mais, mas isso não impactou no desempenho [porque este] não subiu. Nas últimas edições do Enade, por exemplo, a gente meio que teve uma boa avaliação (CP-UnB, informação verbal, 2022).

Em relação aos impactos do Enade na oferta e no acompanhamento do curso, o representante do NDE do curso de Letras afirma:

[...] é pequeno o impacto, primeiro porque em 2011 a gente teve esse efeito boicote, a gente não conseguiu mensurar mesmo. E em 2014 [...] os alunos tiveram uma participação melhor, e aí a gente conseguiu trabalhar um novo projeto pedagógico também, em termos de competências e habilidades mais orientadas para aquilo que estava sendo, digamos, a concepção das licenciaturas tanto pela resolução CNE [Conselho Nacional de Educação], como também para as questões do Enade que têm orientação forte para a prática (NDEL-UnB, informação verbal, 2022).

Percebe-se uma contradição acerca das práticas institucionais de gestão relacionadas aos resultados do Enade, pois ora o entrevistado alega não haver nenhum tipo de ação nesse sentido, ora afirma que tem trabalhado no novo projeto pedagógico do curso, levando em consideração a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e as questões do exame. Desta forma, podemos constatar que os gestores conferem ao Enade um caráter regulatório, em contraposição ao papel reflexivo e orientador da condução acadêmica e pedagógica da licenciatura.

Essa percepção é corroborada pela coordenação do curso de Letras quando questionada sobre o que o Enade representa para a sua IES: “[...] é uma instância de regulação para nós, para apontar os pontos fortes e os pontos fracos do curso e talvez orientar as ações, em termos de melhorar e adaptar os PPCs e os currículos base dos

cursos” (CL-UnB, informação verbal, 2022). Nesta manifestação, assume a utilização dos resultados como instrumentos de promoção de melhorias para o curso ao mesmo tempo em que, ao ser indagado sobre os efeitos do Enade para a IES, apresenta um posicionamento que destaca o caráter predominantemente regulatório do exame, focando na necessidade de alcançar melhores resultados.

O membro do NDE do curso de Letras confirma que não há ações direcionadas ao saneamento de fragilidades que tenham sido apresentadas no último Enade pesquisado (2017). A esse respeito, alega que o referido colegiado tem atuado mais fortemente na organização curricular e na adequação do Projeto Pedagógico do Curso e que não há, portanto, nenhuma ação específica direcionada ao desempenho dos estudantes no Enade.

Considerando as práticas acadêmicas, o perfil de estudantes e a necessidade de engajamento do NDE com o Enade e seus resultados, os gestores relatam que estão “trabalhando na organização dos currículos, na reformulação do PPC, em função da inserção curricular da extensão, e já olhando para alguns aspectos que precisam ser melhorados e que foram apontados em avaliações do Enade” (CL-UnB, 2022, informação verbal). Estas ações refletem o compromisso docente com o uso dos resultados da avaliação e com a melhoria das práticas acadêmicas e de gestão para atendimento ao novo perfil de estudantes.

Estas análises revelam que, embora não haja uma atuação institucional sistemática voltada às questões relacionadas aos resultados do exame, a gestão dos cursos demonstra preocupação no sentido de garantir aos estudantes mais vulneráveis a sua permanência na formação. Nessa análise, é importante considerar também que, apesar de os instrumentos que compõem o referido exame apresentarem limitações, enquanto mecanismos de avaliação dos cursos de graduação, eles podem apresentar subsídios para a redefinição das políticas institucionais traduzidas, entre outros, nos projetos pedagógicos deles. Ademais, pode-se destacar que os dados relativos aos resultados da prova e à percepção dos estudantes podem ser úteis para orientar as ações pedagógicas e administrativas das IES. Nesse sentido, entende-se que, apesar de o questionário não refletir todas as informações necessárias para compreensão do todo

da realidade de um curso, é fato que uma parte do conjunto é revelada nesse documento.

Em relação aos resultados do Enade e sua contribuição para a melhoria da qualidade do curso, percebe-se que há um reconhecimento por parte da gestão dos cursos: “o resultado do Enade é exatamente para ajudar a melhorar o ensino [...] se a gente vê no resultado uma parte que está falha, então, nós tentamos melhorar nossa grade e carga horária” (CM-UnB, informação verbal, 2022). O representante do NDE sinaliza que a realização de uma dinâmica de reflexão, a partir dos resultados do Enade, representa um movimento mais recente do curso. Nessas práticas, percebe-se que há, em certa medida, a preocupação com o planejamento de ações voltadas para a melhoria da qualidade. As ações empreendidas pelo curso não têm o Enade como motivação, mas se mostram como uma iniciativa realizada pelo curso e pela universidade, a partir de dados relacionados à evasão e a outros indicadores de cursos. No caso específico do perfil do estudante, foi relatado que o NDE fez uma análise de documentos, motivado por um ciclo de palestras realizado pela UnB, a qual também disponibilizou documentos sobre evasão. Um dos coordenadores afirmou que “[...] a gente estudou o perfil por aí” (NDEM-UnB, informação verbal, 2022).

Aponta-se, como ponto positivo do Enade, o fato de as universidades poderem utilizar-se dos dados gerados como ingredientes de um processo avaliativo mais amplo, contribuindo para a criação de novos instrumentos para o aperfeiçoamento e gestão do projeto pedagógico. Os relatórios do Enade podem servir como pontos de reflexão e melhoria da qualidade do curso, atentando para as necessidades e especificidades dos corpos discente e docente de cada IES.

Nesse sentido, observa-se que os resultados do Enade levaram à reflexão acerca da qualidade do curso em questão, assim como das condições socioeconômicas e do desempenho discente, embora, conforme sinalizado antes, as ações a serem implementadas ainda estejam em fase de planejamento e nem todas sejam relacionadas ao Enade. Griboski (2012) assevera que o conhecimento das informações e características da avaliação promovida pelo exame é condição para o aperfeiçoamento dos cursos. Caso contrário, esses dados “pouco ou nada contribuem se não forem motivo de reflexão e análise para possíveis melhorias” (p. 194). A autora

complementa, ainda, ser necessário que a avaliação tenha sentido e significado para quem avalia e para quem é avaliado. Sem essa condição, o processo torna-se apenas uma atividade de controle sobre os estudantes e as instituições. Deste ponto de vista, a análise dos instrumentos e resultados do Enade constitui um relevante mecanismo para compreender o perfil dos participantes, com a finalidade de subsidiar os gestores da instituição na realização de ações necessárias, que visem à qualidade do curso e à compreensão mais abrangente das realidades sociais, econômicas e culturais dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre a avaliação institucional e as articulações possíveis entre as ações da Comissão Própria de Avaliação, dos Núcleos Docentes Estruturantes e a relação de qualidade dos Projetos Pedagógicos dos Cursos parte de estudos que analisam o perfil dos estudantes da educação superior, motivadas pelo fortalecimento da implementação do Sinaes desde 2004.

Os Projetos Pedagógicos de Cursos da Universidade de Brasília são acompanhados pelo DEG no processo de elaboração, na criação ou reformulação/revisão curricular de cursos já implantados, seguindo os normativos nacionais e da própria instituição.

Por meio dos relatórios de Autoavaliação Institucional e análise dos documentos institucionais, foram identificadas as ações de pesquisa e de extensão que se destacaram na promoção de ações acadêmicas integradas aos projetos pedagógicos dos cursos que contribuem para tornar o ambiente acadêmico promissor e inclusivo.

A aproximação da CPA junto aos cursos de graduação ocorre na forma de orientação acerca dos marcos legais da educação superior e a importância de estruturar os PPCs de acordo com as demandas locais bem como as necessidades de formação dos estudantes.

O NDE tem papel importante de articulação das relações entre a gestão dos cursos e a gestão institucional. A avaliação é um processo contínuo, global e formativo,

e deve ser utilizada como um processo de melhoria em todos os aspectos da IES: no seu fazer científico, pedagógico, político e administrativo.

Os impactos do Enade para os cursos de graduação e IES justificam a necessidade de se realizar mais estudos sobre o desempenho dos estudantes. Isto se justifica, sobretudo, porque as pesquisas podem subsidiar os cursos e as instituições na promoção de mudanças em políticas, programas e ações internas que contribuam com seu aprimoramento no âmbito das avaliações externas aplicadas pelo Inep, bem como na adequação de infraestrutura, metodologias de ensino e avaliação.

Quanto à avaliação institucional, as ações da Comissão Própria de Avaliação, dos Núcleos Docentes Estruturantes, a qualidade dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e a relação com estudos que analisam o perfil dos estudantes da educação superior são motivadas pelo fortalecimento da implementação do Sinaes, desde 2004. Neste contexto, o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) da UnB expõe que, a partir de 2006, a universidade passou a elaborar seus relatórios anuais de avaliação institucional dentro dos padrões exigidos pelo Sinaes, com base em informações existentes na instituição. Vale ressaltar que a principal ferramenta de avaliação da graduação utilizada pela UnB é a avaliação discente (UnB, 2017).

Por fim, cabe lembrar que a avaliação é contínua, global e formativa, e deve ser utilizada como um processo de melhoria em todos os aspectos da IES: no seu fazer científico, pedagógico, político e administrativo. As evidências levantadas sobre as práticas de gestão, acadêmicas e de avaliação das instituições pesquisadas demonstram que, diante da reconfiguração da educação superior no contexto da Nova Gestão Pública, é possível identificar, nos cursos de licenciatura da UnB, contradições na abordagem em relação ao Enade. Entretanto, embora seja considerado um instrumento regulatório, o referido exame também é visto como uma forma de reflexão e orientação acadêmica e pedagógica, uma vez que é reconhecido que seus resultados podem orientar ações de melhoria dos cursos.

REFERÊNCIAS

ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018**. Brasília: Andifes, 2019. 318 p. Disponível em:

www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**: bases para uma nova proposta de avaliação da Educação Superior. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2003.

_____. Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BATISTA, Michelle Espíndola. **Possibilidades de (des)articulações entre a autoavaliação e avaliação institucional externa no marco do Sinaes**. 2020. 382 f. (Tese de Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília - DF, 2020.

CONAES. Parecer CONAES n.º 4, de 17 de junho de 2010. **Sobre o Núcleo Docente Estruturante - NDE**. Disponível em: portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/atas-pareceres-e-resolucoes. Acesso em: 12 fev. 2024.

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FERNANDES, I. R.; GRIBOSKI, C. M.; MENEGHEL, S. M. Novos indicadores para a educação superior brasileira: eles são necessários? *In*: 3º Simpósio Avaliação da Educação Superior, 2017, Florianópolis. **AVALIES 2017 - 3º Simpósio Avaliação da Educação Superior**. Florianópolis: INPEAU/UFSC, 2017. v. 1. p. 1-17.

GRIBOSKI, Claudia Maffini; MOROSINI, Marília C.; SOMERS, Patricia. Estudo nacional sobre a primeira geração de universitários dos cursos de Pedagogia no Brasil. *In*: **International Congress of the Latin American Studies Association**, 31. Washington, DC. Anais [...] LASA 2013: Papers, 2013. p. 1-4.

GRIBOSKI, Claudia Maffini. O Enade como Indutor de Qualidade da Educação Superior. **Estudos em Avaliação Educacional** (Impresso), v. 23, p. 178-195, 2012

_____. **Regular e/ou induzir qualidade?** Os cursos de pedagogia nos ciclos avaliativos do Sinaes. 2014. 481 f. (Tese de Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília (UnB), Brasília - DF, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**. Relatório da IES. Universidade de Brasília. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/relatorios>. Acesso em: 6 fev. 2024.

MOROSINI, Marília.; GRIBOSKI, Claudia. Políticas afirmativas no Brasil e a persistência da primeira geração de formandos na área da Saúde. In: **International Congress of the Latin American Studies Association**, 32., Chicago. Anais [...] LASA 2014: Papers 2014. p. 1-8.

_____. Internacionalização e concluintes da graduação no Brasil: perfil demográfico e as políticas democratizantes. In: SOUSA, José Vieira de; BOTELHO, Arlete de F.; GRIBOSKI, Claudia M. (org.). **Acesso e permanência na expansão da educação superior**. Anápolis, GO: Editora UEG, 2018. p. 238-251.

RABELO, Mauro Luiz; BISINOTO, Cinthya; MARINHO-ARAÚJO, Claisy; GRIBOSKI, Cláudia; MENEGHEL, Stela Maria. Educação superior brasileira: perfil dos concluintes e sua percepção sobre a formação. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**. Coruña, Vol. Extr., Nº 14. p. 72 - 76, dez. 2015.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Comissão Própria de Avaliação. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2021** (ano-base 2020). Brasília, DF: UnB, 2021.

_____. Resolução do Conselho Universitário n.º 0031/2013. Institui, no âmbito da Universidade de Brasília (UnB), a Comissão Própria de Avaliação (CPA). Disponível em: <https://www.cpa.unb.br/images/cpa/membros/resoluc3a7c3a3o-31-2013-institui-a-cpa.pdf>. Acesso em 7 fev.2024.